

Sarney calcula o prejuízo

BRASÍLIA — O presidente José Sarney reúne hoje às 10h30, no Palácio da Alvorada, 11 ministros de Estado, inclusive os da área econômica, para calcular quanto o governo vai gastar se prevalecer o texto constitucional aprovado no primeiro turno das votações na Constituinte. Calculando por baixo, o governo estima uma soma de Cz\$ 1 trilhão para custear benefícios, vantagens e anistias, segundo informou o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), após participar da reunião das lideranças governistas, realizada ontem, com o presidente.

A intenção do governo disse o senador, é utilizar a mesma estratégia que apresentou resultados quando esteve em jogo a duração do mandato presidencial. Os ministros convidados, juntamente com as lideranças formam a principal base de apoio político ao presidente Sarney, que, na avaliação do Palácio do Planalto, se prepara para o seu maior teste ao tentar influir na modificação de pontos-chave do projeto de Constituição.

Logo após a reunião das lideranças — a mais longa das últimas semanas, com quatro horas de duração — o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, tratou de fazer a convocação, por telefone, dos ministros Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Borges da Silveira, da Saú-



Protásio Nêne/AE

Lourenço: conta inviabiliza o próximo governo

de; José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Jader Barbalho, da Reforma Agrária; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Hugo Napoleão, da Educação; Íris Rezende, da Agricultura; Paulo Ximenes, interino da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento.

De acordo com o deputado José Lourenço, o presidente deseja conversar separadamente com os ministros cujas pastas sofrerão influência direta das inovações da Constituição. Por exemplo, a Previdência Social, que terá de planejar um orçamento na questão das aposentadorias, se for aprovado o dispositivo que reduz o limite de idade de 60 para 55 anos. "Isto pode levar, de um momento para outro, ao ingresso de dois milhões de novos aposentados", observou o deputado.

Os cálculos do governo para as inovações da Constituição, traduzidos em dólares representam 3,89% da dívida externa brasileira, ou US\$ 4,67 bilhões em moeda corrente. "Alguns colegas da Constituinte não têm feito uma avaliação correta de suas responsabilidades no contexto da Nação. Isto é extremamente grave", afirmou José Lourenço, acrescentando que grande parte dos custos não recaem sobre o governo Sarney, e sim sobre o seu sucessor, a partir de 1990, "criando causas que tornam inviável o País".

Governo se mobiliza para ganhar no voto

BRASÍLIA — Dos 38 pontos analisados exaustivamente ontem na reunião que o presidente José Sarney manteve com os líderes, 23 foram considerados totalmente fora de acordos e irão a votação. A informação é do deputado Carlos Sant'Anna, que conduziu o estudo. "Se o governo não conseguir retirar esses dispositivos, através do voto, a Constituição permanecerá tal como está, um projeto à feição da esquerda", disse Sant'Anna.

Para suprimi-los, a mobilização será feita em três momentos distintos porque, conforme análise da reunião, as questões se concentram no início da Constituição (capítulos dos direitos coletivos e do trabalhador), no meio (alguma coisa da ordem econômica e financeira) e nas disposições transitórias.

Os líderes verificaram com o presidente os números obtidos em pesquisa pelo deputado Basílio Vilani sobre as ausências que devem ser esperadas a partir de agora, quando 121 constituintes são candidatos a prefeito, 60 são gazeteiros e 30 estão sempre impedidos, por uma ou outra razão. A assessoria do líder Carlos Sant'Anna chegou à conclusão de que haverá uma frequência média de 350 constituintes, de diferentes correntes. Nenhuma com 280 votos.

Desta forma, o governo tenta-

rá trazer os constituintes nas seguintes votações: jornada máxima de seis horas (porque onera a Siderbrás, a Petrobrás, as siderúrgicas estatais e os hospitais); direito de greve; voto aos 16 anos; censura a ministros; competência das comissões técnicas; controle e acompanhamento do orçamento; as causas trabalhistas têm ponto final nos estados; Estados podem criar o adicional de 5% do Imposto de Renda, 20% de imposto arrecadado para os Estados; restrição aos contratos de risco para exploração de petróleo; tabelamento dos juros em 12%; redução dos limites de idade para aposentadoria; distinção do PIS ao seguro desemprego; revisão constitucional em cinco anos; criação de comissão de transição; ficam com a União os encargos da criação do Estado de Tocantins; aposentadoria dos servidores com o melhor sistema de sua vida funcional; estabilidade aos juízes; defensores públicos, nomeados, podem optar pela carreira; equiparação dos delegados de polícia à magistratura; revoga em 180 dias todos os atos do governo não apreciados pelo Congresso, entre eles os decretos-leis; anistia aos débitos do cruzado; anistia aos devedores do Fisco.

Carlos Sant'Anna disse que o impacto desses 23 itens sobre o governo Sarney é pequeno, mas a preocupação é com a "governabilidade do Brasil a partir da Constituição".

Voto para menor de 16 divide os criminalistas

O possível acordo entre o governo e os constituintes para que o direito de voto ao menor de 16 anos seja mantido no texto constitucional acompanhado da responsabilidade criminal já divide a opinião de juristas e criminalistas de São Paulo. O advogado Adilson Dallari, por exemplo, defende entendimento nesse sentido porque considera contra-senso a concessão da capacidade eleitoral, sem responsabilidade criminal. Para ele, aos 16 anos o jovem sabe o que é crime, mas é prematuro eleitoralmente.

Opinião oposta tem o presidente da OAB-São Paulo, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira. Embora concorde que o menor de 16 anos, tendo capacitação para votar, também está habilitado a responder criminalmente, ele não vê condições de colocar jovens desta idade, "que muitas vezes cometeram crimes de pequena monta, em contato com criminosos de alta periculosidade". O problema, segundo Mariz, é que o sistema penitenciário brasileiro não educa; ao contrário, corresponde a uma verdadeira

universidade do crime. "Acho temerário baixar a responsabilidade penal para 16 anos" — enfatizou. Na sua opinião, deve ser estabelecido apenas o direito de votar aos 16 anos.

Para Dallari, a outorga da capacidade eleitoral sem responsabilidade criminal é pura demagogia. Na sua opinião, aos 16 anos o jovem "não tem interesse, nem responsabilidade. Não tem encargos de família e nem paga impostos". Dallari acha que o limite de responsabilidade criminal deve ser baixado, independente do direito de voto, porque considera que o jovem de 18 anos hoje é diferente do de 1850, quando foi fixada a responsabilidade criminal.

O criminalista Etevaldo Alves da Silva está mais preocupado com as contradições que o texto constitucional apresentará em relação ao código penal nesta questão. A concessão do direito de voto ao menor de 16 anos, conferindo-lhe foros de maioridade, coloca o jovem diante de duas situações jurídicas bastante conflitantes.

Advogada critica novo prazo para as indenizações

CURITIBA — O prazo de oito anos para o pagamento das dívidas dos estados referentes a desapropriações para fins de utilidade pública, previsto no projeto constitucional, "é um verdadeiro calote contra os indenizados, que esperam anos pela decisão judicial". A denúncia foi feita ontem pela diretora da regional da OAB do Paraná, Aglaclir Barbieri.

Ao comentar o artigo 37 das Disposições Transitórias, que determina o prazo, a advogada, especializada em desapropriações, disse que se trata de "uma evidente interferência do Poder Legislativo no Judiciário". Como exemplo, ela citou o governador de São Paulo, Orestes Quércia, "que está afogado em dívidas de indenizações que não precisará pagar".

Mulheres vão iniciar vigília pelas licenças

BRASÍLIA — Uma vigília de mulheres inicia hoje no Congresso Nacional a campanha pela manutenção na Constituição da licença-maternidade de 120 dias e paternidade, de oito dias. "Não vamos arrear pé daqui até que a matéria seja votada", promete Marlene Libardoni, coordenadora da Comissão de Trabalho do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Segundo Marlene, mesmo lideranças como o senador Mário Covas (PSDB-SP) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que defenderam a aprovação daquelas licenças no primeiro turno, agora evitam firmar compromisso. "Nossos aliados de ontem são nossos opositores de hoje", denuncia ela. A campanha é coordenada pelos movimentos de mulheres de Brasília e por sindicatos.

Cabral quer vetar emendas da anistia

BRASÍLIA — Se depender do relator Bernardo Cabral, as emendas concedendo anistia fiscal, aprovadas em primeiro turno, não constarão do texto definitivo da nova Constituição. Ontem, ele divulgou parecer favorável a iniciativas que eliminam o benefício. Cabral também se manifestou contra o tabelamento dos juros pela Constituição, preferindo que o assunto seja tratado por lei complementar, como está na emenda do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS).

A entrega do documento — que ainda sofrerá alguns aperfeiçoamentos antes de ser distribuído oficialmente — foi no gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, beneficiado por um dos pareceres. O relator foi favorável à emenda suprimindo a proibição de reeleição de membros da Mesa da Câmara. Assim, Ulysses poderá ser reeleito presidente da Câmara, cargo que lhe assegura o exercício interino da Presidência da República. Cabral, que também disputa o posto, justificou sua opção em "questões éticas".

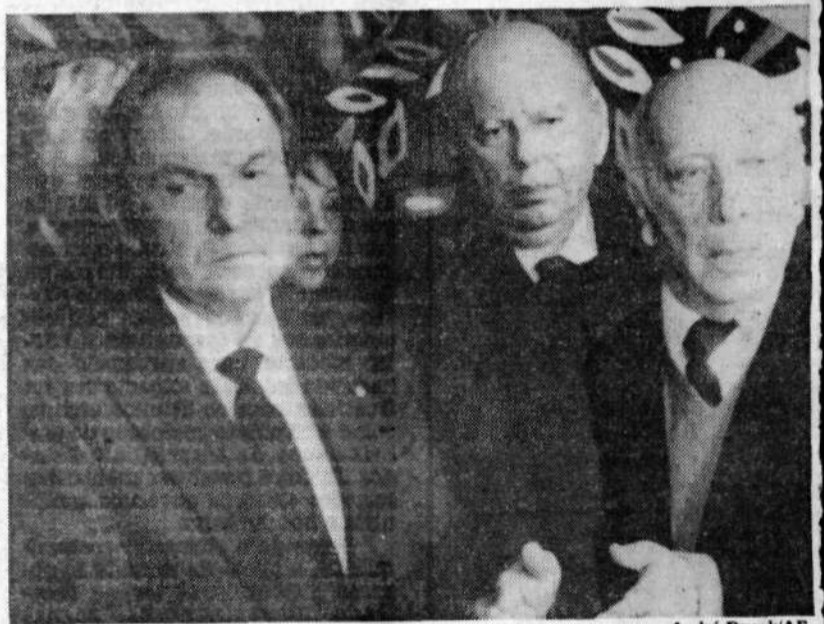
Cabral aceitou ainda a emenda suprimindo o dispositivo que impede a desapropriação, para fins de reforma agrária, das propriedades produtivas, a que elimina a anexação do Território de Fernando de Noronha a Pernambuco e a aposentadoria proporcional ao tempo de serviço. O relator suprimiu a expressão "máxima" da emenda que institui o turno de

seis horas de trabalho, permitindo que a jornada fique entre seis e oito horas, em revezamento.

O MELHOR DE TODOS

Foram acolhidas as emendas acabando com a moção de censura aos ministros de Estado pela Câmara e a preferência de compra, por parte do governo, para produtos de empresas brasileiras de capital nacional. Os hemoderivados de sangue, para Cabral, poderão ser comercializados por particulares. Ao Estado, foi mantida a exclusividade da coleta e transfusão de sangue. Os contratos de risco e a nacionalização do setor mineral também foram mantidos, assim como a ampliação do direito de greve. O relator não alterou o dispositivo que permite o voto a partir dos 16 anos de idade, mas suprimiu a ininputabilidade penal dos menores.

Ao receber o documento, Ulysses Guimarães reafirmou sua previsão sobre a futura Constituição: será melhor e diferente do que todas as anteriores. O presidente da Constituinte garantiu que não estava sendo "coruja", mas fazendo uma avaliação objetiva. Para ele, a Carta em elaboração "não é tautológica ou messiânica, porque não vai resolver todos os problemas do País, mas poderá ajudar a solucionar uma série deles". Ulysses convocou todos os líderes partidários para uma reunião amanhã, em seu gabinete, para examinar os pareceres do relator Bernardo Cabral.



André Dusek/AE

Cabral entrega o parecer a Ulysses: agora, o 2º turno

A Constituinte tem sua própria medalha

BRASÍLIA — Os parlamentares vão ser condecorados, com prêmio por seu trabalho na elaboração da nova Constituição, com medalhas de mérito em ouro, prata e bronze. A idéia é do secretário-geral da Mesa da Câmara e da Constituinte, Paulo Affonso Martins, e foi acatada de imediato pelo deputado Ulysses Guimarães, que a considerou "excelente". Ele determinou ao diretor geral da Câmara, Ademar Sabino, que encomende à Casa da Moeda as amostras, que serão conhecidas hoje.

Pela proposta de Paulo Affonso, receberão a medalha de ouro os presidentes dos três Poderes, além do presidente da Constituinte, o que dá direito a Ulysses de receber duas medalhas — por ser presidente da Câmara e da Constituinte — e exclui o relator Bernardo Cabral. Os parlamentares e todos os que foram diplomatas, o que inclui os suplentes, serão condecorados com a medalha de prata. A de bronze ficará para as pessoas que prestaram "relevantes serviços" à Constituinte.

A maioria dos constituintes aprovou a idéia. Amaral Neto, líder do PDS na Câmara, lembrou que "é normal no mundo inteiro

que se conceda tais medalhas, e além disso em 1946 todos os constituintes foram agraciados". O comunista Fernando Sant'Anna (PCB-BA) também achou a idéia boa, porque "pelo menos isso marcará a vida de cada um". Já para o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), "quem quiser receber medalha não deve estar aqui, mas concorrendo a uma vaga nas Olimpíadas de Seul".

A medida também foi alvo de críticas porque, devido à completa ausência de critério nas condecorações, serão presenteados com medalhas constituintes nacionalmente conhecidos por sua marcada ausência nas sessões plenárias, como Felipe Chelidde (PMDB-SP) e Mário Bouchardet (PDMB-MG), que terão direito à mesma medalha que Bernardo Cabral.

A medalha de Mérito Constituinte, como poderá ser chamada, será emitida em um único dia, assim como o selo comemorativo que Ulysses já encomendou ao serviço de filatelia dos Correios e Telégrafos. Dessa forma, o Congresso concorrerá com a administração Paulo Maluf no governo de São Paulo, campeã de condecorações.